

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias
Referentes ao Período de Três Meses
Findo em 31 de Março de 2024 e Relatório do
Auditor Independente sobre a Revisão das
Demonstrações Financeiras Intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

CONTEÚDO

Página

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias	1
Balancos patrimoniais	2
Demonstrações do resultado	3
Demonstrações do resultado abrangente	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Tropicália Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

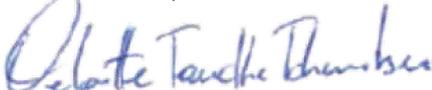
Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de demonstrações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras intermediárias.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

2024RJ031887

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

© 2024. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	31/03/2024	31/12/2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/03/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	35	17	Fornecedores	8	675	1.164
Títulos e Valores Mobiliários	4	13.346	17.623	Debêntures	9	7.691	14.702
Concessionárias e Permissionárias	5	12.606	12.115	Impostos e contribuições a recolher		2.281	2.153
Concessão do Serviço Público (Ativo Contratual)	6	95.086	94.051	Dividendos e Juros sobre capital próprio		16.342	16.043
Despesas antecipadas		46	51	Encargos setorial		1.147	1.047
Imposto a compensar		2.864	1.274	Arrendamento imobiliário		148	140
Cauções vinculados	7	5.645	13.579	Outros passivos circulantes		429	1.402
Outros ativos circulantes		1.404	260			28.713	36.651
		<u>131.032</u>	<u>138.970</u>				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Tributos Diferidos	10	162.297	158.372
Cauções vinculados	7	17.214	16.882	Debêntures	9	568.399	561.254
Depósitos judiciais		803	684	Arrendamento imobiliário		277	301
Concessão do Serviço Público (Ativo Contratual)	6	902.195	896.125			730.973	719.927
Imobilizado		1.929	1.824	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
Intangível		92	97	Capital social		58.000	58.000
		<u>922.233</u>	<u>915.612</u>	Reserva legal		11.600	11.600
				Reserva de lucros a realizar		204.665	218.684
				Reserva de incentivos fiscais		9.720	9.720
				Lucros acumulados		9.594	-
						293.579	298.004
TOTAL DO ATIVO		<u>1.053.265</u>	<u>1.054.582</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.053.265</u>	<u>1.054.582</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Receita operacional líquida	12	34.742	33.344
Custo de operação e manutenção	13	(1.631)	(1.419)
LUCRO BRUTO		<u>33.111</u>	<u>31.925</u>
Despesas Operacionais	14	(1.176)	(975)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>31.935</u>	<u>30.950</u>
Receita Financeira		945	1.045
Despesas Financeira		(16.516)	(18.736)
RESULTADO FINANCEIRO	15	<u>(15.571)</u>	<u>(17.691)</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>16.364</u>	<u>13.259</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO	10.b	(2.770)	(3.169)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>13.594</u>	<u>10.090</u>
RESULTADO POR AÇÃO (R\$)		0,13	0,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	13.594	10.090
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	<u>13.594</u>	<u>10.090</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$)

		Reserva de lucros					Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros a realizar	Reserva Especial	Reserva de Incentivos Fiscais		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	10	<u>58.000</u>	<u>11.600</u>	<u>215.937</u>	<u>6.490</u>	<u>8.653</u>	-	<u>300.680</u>
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	10.090	10.090
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	(4.000)	(4.000)
Pagamento de dividendos		-	-	(8.027)	(6.490)	-	-	(14.517)
EM 31 DE MARÇO DE 2023	10	<u>58.000</u>	<u>11.600</u>	<u>207.910</u>	<u>-</u>	<u>8.653</u>	<u>6.090</u>	<u>292.253</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	10	<u>58.000</u>	<u>11.600</u>	<u>218.684</u>	<u>-</u>	<u>9.720</u>	-	<u>298.004</u>
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	13.594	13.594
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	(4.000)	(4.000)
Pagamento de dividendos		-	-	(14.019)	-	-	-	(14.019)
EM 31 DE MARÇO DE 2024	10	<u>58.000</u>	<u>11.600</u>	<u>204.665</u>	<u>-</u>	<u>9.720</u>	<u>9.594</u>	<u>293.579</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/03/2024	31/03/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		13.594	10.090
Ajustes:			
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	10	2.770	3.169
Depreciação e amortização		67	27
Amortização de arrendamento por direito de uso		5	21
Juros e atualização sobre debêntures	9	15.990	18.190
Amortização do custo de captação de debêntures	9	384	398
Juros sobre arrendamento por direito de uso		6	16
Rendimento de títulos e valores mobiliários	15	(861)	(1.045)
Atualização monetária sobre depósitos judiciais		(119)	-
Remuneração do ativo de contrato	6	(29.256)	(28.338)
		<u>2.580</u>	<u>2.528</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Concessionárias e permissionárias	5	(491)	(217)
Ativo de contrato	6	22.151	21.061
Despesas antecipadas		5	(100)
Imposto de renda retido na fonte		(1.591)	(103)
Outros ativos		(1.144)	255
Fornecedores		(489)	(344)
Impostos e contribuições a recolher		128	136
Imposto de renda e contribuição social pagos		(200)	(153)
Outros passivos		522	(723)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>21.471</u>	<u>22.340</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(197)	(6)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	4	(89.401)	(60.394)
Resgate em títulos e valores mobiliários	4	102.140	67.967
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		<u>12.542</u>	<u>7.567</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de principal de arrendamento de direito de uso		(36)	(20)
Pagamento de juros sobre as debêntures	9	(14.091)	(13.994)
Amortização de principal das debêntures	9	(2.149)	(1.371)
Pagamento de juros sobre capital próprio	11 d	(3.700)	-
Pagamento de dividendos	13 c.3	(14.019)	(14.517)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(33.995)</u>	<u>(29.902)</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>18</u>	<u>5</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		17	20
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		35	25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tropicália Transmissora de Energia S.A. (“TROPICÁLIA” ou “Companhia”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 15 de abril de 2016.

Em 28 de outubro de 2016, o Consórcio CP II, foi vencedor do Lote 1 da 2ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, composto pela Linha de Transmissão de 500 kV entre as Subestações Sapeaçu e Poções III, com 245,1 km de extensão, foi utilizada a SPE Tropicália Transmissora de Energia S.A.

A Linha de Transmissão está integralmente localizada no Estado da Bahia e tem como objetivo atender à expansão do Sistema Interligado Nacional - SIN. A linha atravessa 17 municípios: Sapeaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Varzedo, São Miguel das Matas, Amargosa, Laje, Jiquiriçá, Ubaíra, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Mutuípe, Jequié, Manoel Vitorino, Boa Nova e Poções, todos no sul da Bahia.

A Linha aumentou a capacidade de transmissão de energia da interligação Nordeste-Sudeste, permitindo o adequado escoamento dos atuais e futuros empreendimentos de geração, predominantemente parques eólicos, previstos para serem implantados no Nordeste, mitigando o risco de déficit de energia elétrica da região Sudeste do país.

O Contrato de Concessão nº 01/2017-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 1 do Edital da 2ª Etapa do Leilão 013/2015 - ANEEL, foi assinado pela Companhia em 10 de fevereiro de 2017 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até fevereiro de 2047.

A concessionária é remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$76,7 milhões - base jul./16) será reajustada anualmente pelo IPCA, e sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano da concessão. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel.

A Companhia entrou em operação em janeiro de 2021 através do Termo de Liberação Definitivo - TLD emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e por meio da Resolução Homologatória nº 2.725, de 14 de julho de 2020, anexo IV, ficou estabelecido, receitas anuais permitidas, no montante de R\$86.836. Em 21 de junho de 2022 através da Resolução Homologatória nº 3.050 expedida pela ANEEL, foi homologado a revisão tarifária e em 12 de julho de 2022 foi emitido pela ANEEL a Nota Técnica nº 102/2022 estabelecendo as receitas anuais permitidas para o ciclo de 2022-2023 no valor de R\$104.936 (base Junho 2022). Em 4 de julho de 2023 através da Resolução Homologatória nº 3.216 estabelecendo as receitas anuais permitidas para o ciclo de 2023-2024 no valor de R\$109.065 (base Julho 2023).

A Receita de remuneração do ativo contrato é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita efetiva que remunera o ativo de contrato é de 8% a.a.

1.1. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) em consonância com a lei das S.A. e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 30 de abril de 2024.

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023 e por isso devem ser lidas em conjunto.

1.2. Novas normas e interpretações não efetivas

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), não trouxeram impactos significativos em relação àquelas divulgados na nota 3.11 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

2. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

2.1. Fatores de risco financeiro

a. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da Administração da Companhia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da administração da Companhia e com Instituições Financeiras Brasileiras de reconhecida liquidez.

No que concerne as contas a receber, a RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O ONS delega às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

b. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades de implantação do negócio.

c. Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

- (i) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, outros ativos e fornecedores.

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

2.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Instrumentos financeiros por categoria

	31/03/2024	
	Valor contábil	Valor de mercado
<u>Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado</u>		
Títulos e valores mobiliários	13.346	13.346
Caução vinculado	22.859	22.859
	<u>36.205</u>	<u>36.205</u>
	Valor contábil	Valor de mercado
<u>Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	35	35
Contas a receber	12.606	12.606
	<u>12.641</u>	<u>12.641</u>

<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado</u>
Fornecedores	675	675
Debêntures	576.090	576.090
	<u>576.765</u>	<u>576.765</u>
<u>31/12/2023</u>		
<u>Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado</u>
Títulos e valores mobiliários	17.623	17.623
Caução vinculado	30.460	30.460
	<u>48.083</u>	<u>48.083</u>
<u>Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado</u>
Caixa e equivalentes de caixa	17	17
Contas a receber	12.115	12.115
	<u>12.132</u>	<u>12.132</u>
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado</u>
Fornecedores	1.164	1.164
Debêntures	575.956	575.956
	<u>577.120</u>	<u>577.120</u>

2.3. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários, registrados ao valor justo por meio de resultado e custo amortizado, são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - "Inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

2.4. Análise de sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (Cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela Administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

31/03/2024					
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário		
			Cenário I	Atual	Cenário II
CDI %	Títulos e Valores Mobiliários	13.346	262	350	437
	Caução vinculado	22.859	449	599	749
IPCA %	Debêntures	576.090	6.135	8.180	10.226

31/12/2023					
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário		
			Cenário I	Atual	Cenário II
CDI %	Títulos e Valores Mobiliários	17.623	1.722	2.296	2.870
	Caução vinculado	30.461	2.977	3.969	4.961
IPCA %	Debêntures	575.956	19.957	26.609	33.261

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31/03/2024	31/12/2023
Caixa	4	4
Banco	31	13
	<u>35</u>	<u>17</u>

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Certificados de depósitos bancários	13.346	17.623
	<u>13.346</u>	<u>17.623</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB e títulos de Dívida-Debêntures realizada com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer	11.849	11.545
Vencido	757	570
	<u>12.606</u>	<u>12.115</u>

Em função do alto giro das concessionárias e permissionárias, não se fazem necessárias ajuste a valor presente. A Companhia não possui provisão para perda esperada de crédito.

6. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Circulante</u>		
Ativo Contratual	95.086	94.051
	<u>95.086</u>	<u>94.051</u>
<u>Não Circulante</u>		
Ativo Contratual	902.195	896.125
	<u>902.195</u>	<u>896.125</u>

Fluxo de recebimento de caixa referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura de transmissão de energia elétrica. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

A movimentação dos saldos referente aos ativos contratuais da Companhia está assim apresentada:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	990.176	967.118
Remuneração do ativo de contrato	29.256	107.659
(-) Recebimentos	(22.151)	(84.601)
Saldo final	<u>997.281</u>	<u>990.176</u>

7. CAUÇÃO VINCULADO

Referem-se a aplicações financeiras (indexados pelo CDI), requeridas em contrato de emissão de debêntures, com a finalidade de garantia real.

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Circulante</u>		
Certificados de depósitos bancários	5.645	13.579
	<u>5.645</u>	<u>13.579</u>
<u>Não Circulante</u>		
Certificados de depósitos bancários	17.214	16.882
	<u>17.214</u>	<u>16.882</u>

8. FORNECEDORES

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Dossel	110	170
Cotesa	288	256
R&A Serviços	-	190
SDS Serviços	-	94
Lmeng	40	80
Outros	237	374
	<u>675</u>	<u>1.164</u>

9. DEBÊNTURES

Em julho de 2019 a Companhia assinou um mandato com o Banco Santander do Brasil S.A. para coordenar a emissão de debêntures simples, no valor de R\$407.000, em regime de garantia firme de colocação para captação de recursos no mercado de capitais local.

- Prazo: 24 anos (até agosto de 2043).
- Custo: IPCA + 5,0921%.
- Carência: 36 meses (até agosto de 2022).
- Juros apurados semestralmente - 1º Pagamento efetuado em agosto de 2021.
- Amortização exigíveis semestralmente após a carência.

Moeda Nacional	Taxa anual de juros a.a.	31/03/2024	31/12/2023
Debêntures	IPCA + 5,0921%	576.090	575.956
Principal		407.000	407.000
Juros		169.090	168.956
Passivo circulante		7.691	14.702
Não circulante		568.399	561.254

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:

Debêntures	31/12/2023	Provisão			Amortização		Apropriação do custo de captação	31/03/2024
		Principal	Juros	Atualização Monetária	Principal	Juros		
Debêntures	589.902	-	6.975	9.015	(2.149)	(14.091)	-	589.652
Custos de captação incorridos e pagos	(13.946)	-	-	-	-	-	384	(13.562)
Total	575.956	-	6.975	9.015	(2.149)	(14.091)	384	576.090

Debêntures	31/12/2022	Provisão			Amortização		Apropriação do custo de captação	31/03/2023
		Principal	Juros	Atualização Monetária	Principal	Juros		
Debêntures	568.158	-	6.756	11.434	(1.371)	(13.994)	-	570.983
Custos de captação incorridos e pagos	(14.737)	-	-	-	-	-	398	(14.339)
Total	553.421	-	6.756	11.434	(1.371)	(13.994)	-	556.644

Os vencimentos das parcelas do não circulante são as seguintes:

Vencimentos

2025	3.052
2026	4.070
2027	4.070
Após 2027	557.207

Garantias concedidas

- Fiança Bancária para 100% da dívida até “completion”.
- Garantias de Projeto: Ações da SPE + Direitos Creditórios/Emergentes da Concessão.

“Covenants” financeiros

Devido a essas debêntures, a Companhia fica obrigada a cumprir o seguinte índice:

- O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20, calculado com a base no EBITDA nas demonstrações financeiras regulatórias.

Todas as cláusulas restritivas requeridas estão sendo atendidas.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Passivos Diferidos

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Diferido Ativo</u>		
Prejuízos fiscais de imposto de renda	13.358	13.509
Bases negativas de contribuição social	<u>4.911</u>	<u>5.028</u>
	<u>18.269</u>	<u>18.537</u>
<u>Diferido Passivo</u>		
Imposto de Renda diferido	132.769	130.080
Contribuição social diferida	<u>47.797</u>	<u>46.829</u>
	180.566	176.909
	<u>162.297</u>	<u>158.372</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	<u>162.297</u>	<u>158.372</u>

Os impostos diferidos passivos foram constituídos, com base nos lançamentos de composição do ativo contratual da Companhia.

b. Efeitos no Resultado

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	16.364	13.259
Juros sobre o Capital Próprio	(4.000)	(4.000)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (ajustado)	<u>12.364</u>	<u>9.259</u>
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	4.204	3.148
Bônus e gratificações	25	17
Outros	4	4
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	441	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	<u>3.791</u>	<u>3.169</u>
	4.232	3.169
Lucro de Exploração (*)	<u>(1.462)</u>	<u>-</u>
TOTAL	<u>2.770</u>	<u>3.169</u>

(*) A Companhia localizada na Bahia é titular de empreendimento na área de atuação da SUDENE, ao qual suas atividades pertencem aos setores da economia considerados como prioritário para o desenvolvimento regional, a Companhia usufrui do incentivo de redução de 75% do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica IRPJ e adicionais não restituíveis, na modalidade de implantação, que promove a fruição do benefício fiscal por 10 anos.

A Companhia iniciou o aproveitamento do benefício em 2022, tornando a vigência: 01/01/2022 a 31/12/2031 sobre 100% da capacidade instalada.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro 2023 é de R\$58.000 (cinquenta e oito milhões de reais), representados por 101.000.500 ações ordinárias sem valor nominal.

	2024/2023	
	Quantidade de ações	Participação %
BTG Pactual Infraestrutura Dividendos		
Fundo de Invest. Particip. Infraestrutura	58.000	100
	<u>58.000</u>	<u>100</u>

b. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, quando aplicável, e a parcela destinada a reserva para subvenções de incentivos fiscais, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% serão distribuídos como dividendo obrigatório.
- O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

c. Reserva lucros

A reserva de lucros tem a seguinte composição: reserva legal, reserva de incentivos fiscais e reserva de lucros a realizar.

c.1. Reserva Legal

A constituição da reserva legal é obrigatória como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva legal atingiu o percentual de 20% do capital social, conforme determina a Lei 6.404/76, art. 193.

c.2. Reserva de Incentivos Fiscais

A reserva de incentivos fiscais é concernente ao incentivo fiscal do imposto de renda sobre o resultado auferido da exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, concedido pela SUDENE. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada na demonstração do resultado e submetidas à Assembleia Geral para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas no respectivo laudo constitutivo e na legislação fiscal vigente.

c.3. Reserva de Lucros a Realizar

A Reserva de lucros a realizar possui como finalidade reter a parcela do lucro do exercício não realizado em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

O valor destinado a reserva de lucros a realizar no exercício de 2023, foi no montante de R\$20.227.

	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	50.437
Reserva legal (5%)	-
Reserva de incentivos fiscais	(1.067)
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(12.343)
Juros sobre capital próprio	(16.800)
	<u>20.227</u>

Concernentes ao pagamento de dividendos da conta de reserva de lucros, foram realizadas as seguintes deliberações:

- Reunião do Conselho de Administração de 23 de janeiro de 2024 deliberando a distribuição de dividendos, no montante de R\$14.019.

d. Dividendos propostos e Juros sobre capital próprio

No exercício de 2023, foi constituído dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$12.343.

Os juros sobre capital próprio são calculados com base no saldo do patrimônio líquido, limitado à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. O efetivo pagamento ou crédito dos juros sobre capital próprio fica condicionado a existência de lucros (lucro líquido do exercício após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da dedução da provisão para o imposto de renda), computados antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados.

Em 31 de março de 2024, foi constituído Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$4.000 e no exercício de 2023 montante de R\$16.800.

Concernentes ao pagamento de juros sobre capital próprio, foram realizadas as seguintes deliberações:

- Reunião do Conselho de Administração de 29 de dezembro de 2023, deliberando o pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$3.700.

12. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Remuneração do ativo de concessão	29.257	28.338
Receita de O&M	6.647	6.319
Outras receitas	2.102	1.743
Total da receita bruta	<u>38.006</u>	<u>36.400</u>
(-) Pis/COFINS	(2.882)	(2.694)
(-) Encargo setorial	<u>(382)</u>	<u>(362)</u>
Total da receita líquida	<u><u>34.742</u></u>	<u><u>33.344</u></u>

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão mensuradas sob o escopo do CPC 47 passaram a ser contabilizadas da seguinte forma:

- Receita de construção da infraestrutura de transmissão: reconhecida considerando uma margem, definida de acordo com as projeções do projeto, sobre o custo de construção.
- Receita de remuneração do ativo de contrato: calculada com base na taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual.
- Receita de operação e manutenção: reconhecida através dos AVCs disponibilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.
- Outras receitas: proveniente de valor não arrecadado na apuração mensal dos serviços e encargos a título de Encargos de Uso dos Sistemas de Transmissão, em função dos descontos incidentes sobre as tarifas de que trata a Resolução Normativa nº 77.

13. CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Pessoal	(205)	(210)
Material	(123)	(42)
Serviços de terceiros	(1.153)	(973)
Aluguéis	(57)	(107)
Seguros	(34)	(39)
Impostos e taxas	<u>(59)</u>	<u>(48)</u>
	<u><u>(1.631)</u></u>	<u><u>(1.419)</u></u>

14. DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Pessoal	(94)	42
Administradores	(526)	(596)
Material	(40)	(19)
Serviços de terceiros	(413)	(331)
Depreciação e Amortização	(72)	(48)
Aluguéis	(20)	(17)
Seguros	(2)	-
Impostos e taxas	<u>(9)</u>	<u>(6)</u>
	<u><u>(1.176)</u></u>	<u><u>(975)</u></u>

15. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Tarifas bancárias	(61)	(57)
Juros e Atualização sobre debêntures	(16.375)	(18.589)
Outras despesas financeiras	(80)	(90)
	<u>(16.516)</u>	<u>(18.736)</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações	861	1.045
Outras receitas financeiras	130	-
(-) Tributos Receita Financeira	(46)	-
	<u>945</u>	<u>1.045</u>
	<u>(15.571)</u>	<u>(17.691)</u>

16. MEIO AMBIENTE

A Companhia obteve todas as Licenças Ambientais necessárias para a operação e a implantação do Projeto.

17. SEGUROS

Em 31 de março de 2024, a cobertura de seguros era composta de:

<u>Risco</u>	<u>Apólice</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada</u>
Responsabilidade Civil	16.51.0040334.21	01/01/2024 a 30/06/2024	R\$10.000
Riscos Operacionais	046692023100101180002016	01/01/2024 a 30/06/2024	R\$21.000
Veículo	31440617	10/01/2024 a 10/01/2025	100%Fipe

18. HONORÁRIO DOS ADMINISTRADORES

O total pago, no primeiro trimestre de 2024 referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia somaram R\$341 em março de 2024, e em 31 de março 2023 o montante foi de R\$397.

19. CONTINGÊNCIAS

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.	Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

Em 31 de março de 2024, a Companhia não possui contingências com risco de perda provável.

A Companhia possui as seguintes causas possíveis:

Causas administrativas ambientais perante IBAMA por supostamente deixar de atender as condicionantes específicas da Licença de Instalação da Linha de Transmissão, bem como, da ASV – Autorização de Supressão e Vegetação, que somam o valor de R\$990. Em 31 de março de 2024, não foi registrada provisão de contingências decorrente deste processo.

Rosane Cristina Marques de Souza
Diretora

Gliciera dos Santos Lima Alcantara
Contadora
CRC nº 116761/O-0